

À Autoridade Superior do Município **DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO/RJ**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 031/2025

Processo Administrativo nº 4168/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DO CARMO

PROTOCOLADO

EM:

A empresa **JHL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 48.282.080/0001-41, estabelecida na AV. JOHN KENNEDY, Nº121, SALA 14 – CENTRO – ARARUAMA/RJ, por meio de seu representante legal **THAYNA CRISTINA SANTOS TEIXEIRA**, CPF sob o nº 149.532.947-00, e RG 26.933.468-6, vem, respeitosamente, interpor o presente **RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO** que obtivemos,

com fundamento no art. 109 da Lei nº 8.666/93 (quando aplicável) e art. 165 da Lei nº 14.133/21, contra a decisão que **indeferiu o Pedido de Impugnação ao Edital**, pelos fatos e fundamentos a seguir:

#### **I – DA DECISÃO IMPUGNADA**

O pedido de impugnação apresentado por esta empresa foi respondido diretamente pelo **Pregoeiro**, que indeferiu a pretensão, conforme decisão publicada em 22/09/2025.

Contudo, é **nula** a decisão, visto que não foi proferida pelo órgão jurídico superior do Município – **Procuradoria Geral**, responsável por analisar matérias que envolvem a legalidade e regularidade de editais licitatórios.

O Pregoeiro detém competência apenas para a condução do certame, não para a análise jurídica da legalidade do edital. Assim, houve vício de competência.

#### **II – DA NECESSIDADE DE MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA**

A Procuradoria do Município é o órgão incumbido de emitir pareceres jurídicos, conforme previsão legal e entendimento consolidado, devendo obrigatoriamente se manifestar em matérias de impugnação.

A ausência dessa manifestação compromete a **legalidade e transparência do certame**, afrontando os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e nos arts. 5º e 11 da Lei 14.133/21.



jhlcomercioeservicos@outlook.com



(22) 98108-4184



Av. John Kennedy, 121 - Sala 14 - Centro. Araruama - RJ, 28970-000.

Portanto, a decisão proferida exclusivamente pelo Pregoeiro carece de eficácia e deve ser revista.

### III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. O **conhecimento e provimento do presente recurso;**
2. A **anulação da decisão proferida pelo Pregoeiro**, por vício de competência;
3. A **remessa do processo à Procuradoria Geral do Município**, para que se manifeste sobre a impugnação apresentada;
4. A suspensão dos efeitos da decisão impugnada até que o órgão competente se pronuncie formalmente.

## O PEDIDO DE

### - IMPUGNAÇÃO -

ao Edital publicado por esta Administração, conforme permissivo da lei de Licitações n. 14.133/2021, conforme art. 164 e pelos fatos e demais fundamentos jurídicos à seguir elencados:

### DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, uma vez que está sendo apresentada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de abertura do certame, conforme estabelece o §1º do art. 164 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 164. [...]

§ 1º Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar o edital por irregularidade na aplicação desta Lei ou por restrição indevida à competitividade.

No caso em apreço, a sessão do Pregão Eletrônico nº 031/2025 está designada para o dia 30/09/2025. Assim, o termo final para apresentação da impugnação corresponde ao dia 25/08/2025, ou seja, **três dias úteis** antes da data da sessão. A presente impugnação, portanto, foi protocolada dentro do prazo legal, na data de 18/09/2025, encontrando-se integralmente tempestiva e apta a ser conhecida pela Administração.

### DOS FATOS



jhlcomercioeservicos@outlook.com



(22) 98108-4184



Av. John Kennedy, 121 - Sala 14 - Centro. Araruama - RJ, 28970-000.



A Impugnante tendo interesse em participar da Licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Contudo, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se que o Edital Pregão Eletrônico nº 031/2025 tem por objeto a aquisição de diversos materiais, abrangendo cosméticos, produtos de higiene pessoal, saneantes domissanitários e produtos para saúde (correlatos). Não obstante a licitação esteja estruturada na forma de aquisição por item, pedimos que seja feita e estruturada de forma de aquisição por lote e pedimos para todos os itens a apresentação do Alvará Sanitário ou Boletim de Ocupação e Funcionamento (BOF), juntamente com Alvará de Licença Municipal para todos os itens.

## JUSTIFICATIVA

A justificativa para a licitação por lote, visa aumentar a competitividade e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, ao permitir a contratação de empresas especializadas em segmentos específicos, garantindo a proposta mais vantajosa e o melhor preço para Administração Pública.

Ao dividir o objeto da licitação em lotes, a gestão do contrato se torna mais simples, eficiente e econômica, ao gerar maior agilidade e reduzir os custos administrativos, como o número de processos e a necessidade de recursos humanos para controle.

Redução de riscos: um único fornecedor responsável por lote, minimiza os problemas de integração e prazos, comuns na contratação de múltiplos fornecedores para itens independentes.

A justificativa para apresentação do Alvará Sanitário ou Boletim de Ocupação e Funcionamento (BOF), juntamente com Alvará de Licença Municipal, é comprovar que a empresa está em conformidade com a legislação sanitária vigente.

Base legal e objetivo: Proteção da saúde pública, é garantir que o local de funcionamento não represente um risco a saúde individual ou coletiva, especialmente em locais que lidam com saúde e limpeza, e que geram resíduos.

Portanto, antes de iniciar suas atividades, qualquer negócio que envolva a manipulação de produtos que possam impactar a saúde da população precisa, obrigatoriamente, obter o alvará da Vigilância Sanitária.

## DO PEDIDO

DESTE MODO, mais uma vez, é imperioso que seja retificado o Edital IMEDIATAMENTE, fazendo constar a obrigatoriedade da apresentação por lote e apresentação do Alvará Sanitário ou Boletim de Ocupação e Funcionamento (BOF), juntamente com Alvará de Licença Municipal, DE



TODOS OS LICITANTES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROCESSO LICITATORIO, tomando para tanto as medidas cabíveis.

ARARUAMA, 23 de Setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente  
THAYNA CRISTINA SANTOS TEIXEIRA  
Data: 23/09/2025 08:19:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**THAYNA CRISTINA SANTOS TEIXEIRA - SÓCIA ADMINISTRADORA**

**CPF 149.532.947-00**

**JHL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

**CNPJ: 48.282.080/0001-41**



jhlcomercioeservicos@outlook.com



(22) 98108-4184



Av. John Kennedy, 121 - Sala 14 - Centro. Araruama - RJ, 28970-000.





**Processo nº:** 4168/2025

**Pregão Eletrônico nº:** 031/2025

**Recorrente:** JHL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

**Assunto:** Recurso Hierárquico contra decisão de indeferimento de impugnação  
Edital Licitação

**Data:** 25/09/2025



Trata-se de recurso hierárquico interposto pela empresa JHL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.282.080/0001-41, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro do Município de Carmo/RJ que indeferiu a impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2025.

A recorrente alega, em síntese, que a decisão é nula por vício de competência, pois foi proferida exclusivamente pelo Pregoeiro, sem prévia manifestação da Procuradoria Geral do Município, a quem compete a análise das questões de legalidade e regularidade de editais. Sustenta que tal ausência compromete a lisura do certame e afronta os princípios constitucionais e administrativos.

Além disto, no mérito, insurgindo-se contra decisão que indeferiu impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 031/2025, cujo objeto é a aquisição de cosméticos, produtos de higiene pessoal, saneantes domissanitários e produtos para saúde (correlatos).





A recorrente sustenta, em síntese:

a) que o edital deveria prever a licitação por lotes e não por itens isolados, de modo a ampliar a competitividade, reduzir custos administrativos e assegurar a economicidade;

b) que todos os licitantes deveriam apresentar Alvará Sanitário/BOF e Alvará de Licença Municipal, a fim de garantir a conformidade sanitária e a proteção à saúde pública.

Requer, ao final, o conhecimento e provimento do recurso, com a anulação da decisão impugnada.

É o breve relatório.

### I – FUNDAMENTAÇÃO:

Conforme dispõe o art. 165 da Lei nº 14.133/2021, cabe recurso hierárquico contra atos da autoridade competente no processo licitatório. O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, estando, portanto, tempestivo e apto a ser conhecido.

Nos termos do art. 53, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, compete à assessoria jurídica do ente federativo a emissão de pareceres em matérias que envolvam a legalidade dos atos administrativos, em especial a regularidade dos editais.







O Pregoeiro, por sua vez, possui atribuição de condução da sessão pública e julgamento das propostas e habilitações (art. 8º, §5º, Lei 10.520/2002 e art. 40 da Lei nº 14.133/2021), mas não detém competência para substituir a manifestação jurídica em casos que envolvam impugnação ao edital.

Conforme alega a recorrente, a decisão que indeferiu a impugnação foi proferida exclusivamente pelo Pregoeiro, sem prévia remessa à Procuradoria do Município. Essa conduta incorre em vício de competência, por afronta direta ao dever de controle jurídico prévio dos editais licitatórios.

O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente decidido que a ausência de manifestação da assessoria jurídica sobre impugnações ou questionamentos ao edital caracteriza irregularidade grave, capaz de macular o certame (v.g. Acórdãos TCU nº 2.622/2013-Plenário e nº 1.121/2020-Plenário).

A Constituição Federal (art. 37, caput) e a Lei nº 14.133/2021 (arts. 5º e 11) impõem aos procedimentos licitatórios a observância dos princípios da legalidade, da motivação, da transparência e da vinculação ao instrumento convocatório.

A ausência de parecer jurídico em impugnação compromete a higidez do certame, gerando risco de nulidade futura e insegurança aos participantes. Assim, impõe-se a anulação da decisão recorrida e a devolução dos autos à Procuradoria para manifestação formal.





## II.1 – DA DIVISÃO DO OBJETO LICITATÓRIO:

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 23, §1º, dispõe:

*“A Administração, sempre que possível, deverá dividir o objeto em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, com vistas a ampliar a participação de licitantes no certame.”*

A interpretação majoritária da doutrina e da jurisprudência é no sentido de que a divisão em lotes não constitui obrigação absoluta, mas sim medida condicionada à viabilidade técnica e econômica do objeto e à conveniência administrativa.

Sobre o tema, ensina Rafael Oliveira:

*“O parcelamento do objeto em itens ou lotes é regra relativa, devendo ser aplicado sempre que houver compatibilidade técnica e vantagem para a Administração. Todavia, quando a divisão puder comprometer a economicidade ou a eficiência, é legítima a manutenção do objeto em sua integralidade ou por itens específicos.”* (OLIVEIRA, Rafael. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2023).

COMPROMISSO COM O PRESENTE,

## II.2 – DA ESCOLHA POR ITENS NO CASO CONCRETO:

No presente certame, o edital prevê a aquisição de diferentes produtos (cosméticos, higiene pessoal, saneantes e correlatos) por item individualizado.







A opção da Administração se justifica pelos seguintes fundamentos:

- a) **Maior competitividade:** a disputa por item permite que empresas de menor porte participem do certame em segmentos específicos de sua especialidade, ao passo que a formação de lotes poderia restringir a participação a fornecedores de maior porte, que conseguissem fornecer toda a gama de produtos do lote;
- b) **Economicidade e vantajosidade:** ao permitir a adjudicação por item, a Administração garante a seleção das propostas mais vantajosas em cada categoria de produto, evitando sobrepreço decorrente da vinculação de itens distintos a um único fornecedor;
- c) **Gestão contratual viável:** embora a contratação de múltiplos fornecedores demande maior acompanhamento, esse fator é compensado pela possibilidade de contratação de preços unitários mais competitivos, reduzindo o risco de concentração em um único contratado;
- d) **Viabilidade técnica:** os produtos em questão são heterogêneos (cosméticos, materiais de higiene, saneantes, correlatos de saúde), de naturezas distintas, razão pela qual a Administração entendeu não ser técnica e economicamente conveniente agrupá-los em lotes.

A manutenção da licitação por item encontra respaldo nos princípios da competitividade, onde teremos maior número de participantes em cada item; isonomia, porquanto o tratamento igualitário a fornecedores de menor porte, que podem concorrer em segmentos específicos; e proposta mais vantajosa, na medida em que teremos a obtenção de menor preço em cada item.







### II.3 – DA EXIGÊNCIA DE ALVARÁ SANITÁRIO/BOF E ALVARÁ DE LICENÇA MUNICIPAL

A Administração já acolheu parcialmente a impugnação, determinando a inclusão de exigência de autorização da ANVISA para alguns produtos objeto da contratação.

Pelo mesmo fundamento de proteção à saúde pública e regularidade sanitária, deve ser exigida também a apresentação, por todos os licitantes, do Boletim de Ocupação e Funcionamento (BOF), juntamente com o Alvará de Licença Municipal.

A legislação sanitária impõe que toda empresa que atue no comércio ou manipulação de produtos de saúde, higiene e limpeza esteja previamente licenciada pela vigilância sanitária local, nos termos da Lei nº 6.437/1977 (infrações sanitárias), da Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e das normas da ANVISA (ex.: RDC nº 216/2004 e RDC nº 275/2002).

A exigência de Alvará Sanitário ou BOF, juntamente com o Alvará de Licença Municipal, não configura restrição indevida à competitividade, mas sim requisito de habilitação técnica e jurídica mínima indispensável para assegurar que os fornecedores atuem em conformidade com as normas de saúde pública.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que:

*"A exigência de alvará de vigilância sanitária para participação em certame licitatório constitui medida legítima"*

MUNICÍPIO DO CARMO

Barbier de Castro Soares

Procurador Geral do Município

Port. 017/2016 A



**CARMO**

COMPROMISSO COM O PRESENTE,  
VISÃO PARA O FUTURO





*Administração, voltada à proteção da saúde coletiva e em consonância com o princípio da supremacia do interesse público"* (STJ, RMS 19.449/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJ 05/09/2005).

No mesmo sentido, o TCU:

*"É legítima a exigência de apresentação de licença sanitária pelos licitantes, quando o objeto da contratação envolve produtos de saúde, higiene ou limpeza, uma vez que se trata de requisito essencial para a proteção da saúde pública"* (Acórdão nº 1.564/2016 – Plenário, TCU).

Portanto, a exigência apontada pela recorrente é juridicamente adequada e deve ser incorporada ao edital, como condição para garantir a legalidade, segurança e proteção da coletividade.

#### II.4 – DA COERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DA SIMETRIA NA EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

O princípio da isonomia e o da coerência administrativa (derivado da segurança jurídica e da moralidade administrativa) impõem que a Administração adote critérios uniformes ao exigir documentos que resguardem a saúde pública.

Se a Administração reconheceu a legitimidade de incluir a exigência de autorização da ANVISA, fundada na necessidade de comprovar a regularidade dos produtos de higiene, saúde e limpeza, não há razão jurídica para excluir documentos correlatos que também asseguram a regularidade





estabelecimento fornecedor.

O Alvará de Licença Municipal e o Boletim de Ocupação e Funcionamento (BOF) são instrumentos previstos na legislação sanitária como condição para o funcionamento regular do estabelecimento.

O Alvará Sanitário encontra fundamento na Lei nº 6.437/1977, que tipifica como infração a ausência de licença sanitária em estabelecimentos que comercializam produtos de interesse à saúde. Já o Alvará de Funcionamento e Ocupação está relacionado ao poder de polícia do Município devendo assegurar que o estabelecimento atende requisitos urbanísticos, ambientais e de segurança.

### III – DA OBRIGATORIEDADE DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O art. 71 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que eventuais falhas ou omissões do edital que possam comprometer a isonomia ou a seleção da proposta mais vantajosa devem ser corrigidas antes da fase competitiva, sob pena de nulidade do certame.

Ainda, o art. 53, §1º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que eventuais modificações no edital exigem ampla divulgação e a reabertura do prazo inicialmente estabelecido.

Logo, é juridicamente impossível dar prosseguimento ao certame sem a devida correção e republicação.







#### IV – DA SUSPENSÃO SINE DIE

A manutenção do edital em vigor, mesmo reconhecendo falhas que comprometem a legalidade, poderia ensejar futura anulação do processo e responsabilização dos agentes.

A medida mais adequada, à luz do princípio da segurança jurídica e da legalidade, é a suspensão *sine die* da licitação até que se conclua a revisão do edital.

Essa solução encontra respaldo também no art. 71, §3º, da Lei nº 14.133/2021 que admite a revogação ou alteração do certame em caso de interesse público superveniente devidamente justificado.

#### V – DA ALTERNATIVA DE CANCELAMENTO

Concluída a análise, caso se verifique que as alterações necessárias comprometem substancialmente o planejamento inicial ou inviabilizam a competição nos moldes propostos, deverá a Administração, motivadamente, cancelar o certame e instaurar novo procedimento, em observância ao princípio da eficiência.





**V – CONCLUSÃO:**

Diante do exposto, opino pelo **DEFERIMENTO EM PARTE** do **recurso hierárquico**, pelos seguintes fundamentos:

1-) Preliminarmente, a suspensão sine die do Pregão Eletrônico nº 031/2025, até que sejam realizadas todas as correções necessárias no edital;

1.1 - reconhecer a nulidade da decisão do Pregoeiro, por vício de competência, sem manifestação jurídica da legalidade/legitimidade pelo órgão da Procuradoria;

2-) No mérito, o Indeferimento do pedido de divisão em lotes, eis que no presente caso a adjudicação por item amplia a competitividade, assegura maior isonomia, favorece a economicidade e melhor atende ao interesse público;

3-) Deferimento do pedido de inclusão como requisito de habilitação por todos os licitantes do Boletim de Ocupação e Funcionamento (BOF) juntamente com o Alvará de Licença Municipal.

4-) Se constatada a inviabilidade de prosseguimento, deverá ser formalizado o cancelamento do certame, com a devida motivação.







PREFEITURA

**CARMO**

COMPROMISSO COM O PRESENTE,  
VISÃO PARA O FUTURO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DO CARMO  
ADMINISTRAÇÃO 2025/2028

A retificação do edital ou cancelamento do processo deve ser formalizada e publicada para garantir a transparência e o direito dos interessados de se manifestarem sobre as novas condições estabelecidas.

Salvo melhor juízo, é o Parecer, que ora submeto à apreciação superior.



P R E F E I T U R A  
**CARMO**

COMPROMISSO COM O PRESENTE,  
VISÃO PARA O FUTURO



PREFEITURA

**CARMO**

COMPROMISSO COM O PRESENTE,  
VISÃO PARA O FUTURO

**DECISÃO AUTORIDADE SUPERIOR****Processo Administrativo nº 4168/2025****Pregão Eletrônico nº 031/2025**

Considerando o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, que opinou pela suspensão *sine die* do Pregão Eletrônico nº 031/2025, em razão da necessidade de correções no edital e da indispensável republicação do instrumento convocatório, com a reabertura dos prazos legais;

Considerando que a manutenção do certame nos moldes atuais comprometeria a legalidade, a isonomia entre os licitantes e a segurança jurídica do procedimento, podendo acarretar futura anulação;

**DECIDO:**

1. Acolher integralmente o parecer da Procuradoria Geral do Município;
2. Determinar a suspensão *sine die* do Pregão Eletrônico nº 031/2025;
3. Determinar à Secretaria demandante, em conjunto com a Comissão de Licitação, que proceda à imediata correção do edital, incluindo todas as exigências reconhecidas como necessárias, e promova a republicação do instrumento convocatório com a reabertura dos prazos legais;
4. Caso se constate a inviabilidade de prosseguimento, deverá o Agente de Contratação submeter proposta de cancelamento do certame, para posterior abertura de novo processo.

Cumpra-se.

Carmo/RJ, 25 de Setembro de 2025.

**SAMUEL SOARES  
DE  
LIMA:10386836701****SAMUEL SOARES DE LIMA**

Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por SAMUEL SOARES DE  
LIMA:10386836701  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=47084072000128, OU=  
Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=  
RFB e CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial,  
CN=SAMUEL SOARES DE LIMA:10386836701  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.09.25 16:40:12-03'00'  
Foxit PDF Editor Versão: 12.1.1

